

Subcomitê de Governança
4ª Reunião Ordinária
ATA
08.11.2018

Ata da 4ª Reunião do Subcomitê de Governança do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, realizada no dia 8 de novembro de 2018, às 10h, na Sala 801, sob a presidência do Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica, Sr. Alexsandro Mairink Hoffman, com a participação dos seguintes membros do Comitê: Sra. Marcelli Kanyo de Queiroz (CGEP), Sra. Rachel Oliveira Correa da Motta (CGTI), Sr. Claudio Azevedo Costa (AECI), Sr. Sidney de Almeida Alves (GM), Sra. Fernanda Rodrigues Marciano (SE), Sr. Amós Batista de Souza (SE-CZPE), Sra. Isabella Maria Pereira de Ávilla (SE/CAMEX), Sra. Juliana Maria de Almeida Barros (SECEX), Sra. Petersana Lopes Pereira Dorsa (SCS), Sra. Priscila dos Santos (SIN) e Sra. Mara Bicalho Dutra (SEMPE). Também participaram: Sra. Kélvia Albuquerque (Casa Civil), Sra. Grazielle Cristina Silveira Zerbini Costal, Sr. Etienne Lopes Ribeiro de Arruda, Sr. Henrique Douglas Macedo Mendes Junior e Sra. Karina Romanini Messias (SIGE), Sr. Manoel Augusto Cardoso da Fonseca (convidado), Sr. Ricardo França Laquintine e Ramiro Rocha de Oliveira (Corregedoria), Sr. Germano de Oliveira Farias (AECI), Sra. Daniellen do Vale Reis do Amaral (CGRL), Sra. Amélia Regina Mussi Gabriel (GAB/SDCI), Sra. Mara Adriana Schuster (ASCOM), Sra. Ana Caroline S. Bellucci (SE), Sr. Murilo Machado Chaiben (CGTI), Sr. Ricardo Cordeiro Cruz (SIN) e Sra. Isabella Botelho Horta (ASCOM).

Pauta:

- 1) **(Apresentação) Análise de Impacto Regulatório**
- 2) **(Deliberação) Ata da 3ª RO**
- 3) **(Monitoramento) Plano de Ação do SubGov**
- 4) **Assuntos Gerais**
 - a) **Audiência TCU sobre Governança com Altos Executivos**
 - b) **Aviso CGU a respeito dos Riscos e Integridade**
 - c) **Recomendações da 3ª reunião do CIG**
 - d) **Recomendações da 4ª reunião do CIG**

Encaminhamentos:

Resp.	Providências
Corregedoria	Detalhamento das iniciativas pendentes do Plano de Ação de Governança. Dar os encaminhamentos necessários para obter documentação formal necessária para conclusão do sistema “Corregedoria Digital”.
SPOA	Atualizar o status de execução da iniciativa “Aprimorar o processo de análise de desempenho dos servidores a fim de identificar as oportunidades de melhoria em processos e capacitação”.

CGRL	Detalhamento da iniciativa “Implantar o Centro de Custos do MDIC”.
CGEP	Dar encaminhamento à iniciativa “Analisar viabilidade de se estabelecer critérios para recrutamento e seleção de servidores para ocupação de cargos e/ou gratificações por meio de Sistema de Pontuação”. Avaliar a pertinência de realizar manifestação formal a respeito do interesse do MDIC em participar do piloto do Ministério do Planejamento de racionalização da força de trabalho.
SIGE	Registrar o pedido de suspensão da iniciativa “Instituir a 2ª fase da nova intranet como ferramenta de comunicação interna preferencial”.
AECI	Dar prosseguimento à análise de proposta de fluxo encaminhada pela GAB/SE quanto ao estabelecimento do fluxo de recepção, tratamento, e resposta das demandas dos órgãos de controle.

1. Análise de Impacto Regulatório

O Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica iniciou a reunião e registrou que o primeiro ponto da pauta seria apresentado pela Sra. Kélvia Albuquerque, da Casa Civil.

A representante da Casa Civil registrou que a Avaliação de Impacto Regulatório – AIR faz parte da estratégia de aprimoramento da governança pública, e é voltada para programas regulatórios. Apontou a importância da qualidade regulatória, indicando a importância de se estabelecer mecanismos institucionais de supervisão e de transparência contínua sobre o processo regulatório. No âmbito da OCDE, o tema é denominado Política e Governança Regulatória. Mencionou também a importância da atenção ao ciclo regulatório – que envolve elaboração, aplicação, monitoramento e avaliação. Mencionou que no Brasil há excessiva ênfase na fase de elaboração, mas é necessário focar também nas demais fases. Destacou exemplos de boas práticas regulatórias: participação social, agenda regulatória (planejamento), análise de impacto ex ante, gestão do estoque regulatório e avaliação de resultado regulatório (ex post).

Manoel da Fonseca explicitou a dificuldade de conseguir coletar dados com outros órgãos para subsidiar as análises e avaliações. A Sra. Kélvia respondeu que há iniciativas em andamento que buscam mitigar esse problema. Também destacou que avaliar este item quando do planejamento da iniciativa permite mitigar esses riscos nas fases de monitoramento e avaliação.

A representante da Casa Civil destacou a aprovação das Diretrizes Gerais e Guia AIR pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, que estão disponíveis no site da Casa Civil acompanhados de vídeos explicativos. Afirmou que a AIR é um processo sistemático de análise baseado em evidências, que busca analisar o impacto das alternativas existentes para solucionar o problema regulatório, a fim de alcançar objetivos pré-definidos e orientar a tomada de decisão. Salientou que se deve considerar que muitas vezes não regular pode ser a melhor opção, e que outras alternativas devem ser avaliadas (como a auto regulação e a campanha informativa). Portanto, regular, em muitos casos, deve ser considerada a última opção. Mencionou também a relevância de ouvir as partes interessadas na regulação e esclareceu que a análise de impacto orienta e fundamenta o processo decisório, mas ela por si só não é a decisão regulatória, e também não a substitui. Assinalou que as Diretrizes consistem em padrões mínimos comuns à AIR, que podem ser complementados. O Guia é um roteiro analítico de uma AIR, não sendo vinculante.

Relatou ainda que quando o CIG aprovou o Guia e aprovou também a realização de pilotos, que contam com a participação da SE-CAMEX e da SIN. Informou também que em 4 de dezembro haverá um workshop sobre AIR. Ressaltou que o desafio no momento consiste na institucionalização da ferramenta e mencionou a importância dos participantes do piloto e dos membros do Subcomitê de Governança em disseminá-la. Destacou também que o tema AIR deverá em breve ser observado pela CGU em suas auditorias.

O representante da Assessoria de Controle Interno levantou a preocupação com políticas transversais, e a Sra Kélvia assinalou que se espera avanços progressivos de cada órgão, da parte que lhe cabe no âmbito da regulamentação.

O Subsecretário da SIGE ressaltou que o Guia traz orientações e diretrizes que são úteis a todos os gestores. Levantou também a questão da transparência e mencionou uma experiência ocorrida com a Secretaria de Inovação, numa proposta de Medida Provisória feita sobre deferimento simplificado de patentes, em que ações realizadas antes da criação contribuíram para o processo regulatório. Assinalou ainda a importância da estratégia de implementação, de se pensar antecipadamente no monitoramento e na avaliação. Também mencionou o piloto realizado com todas as secretarias do MDIC no Plano de Monitoramento e Avaliação de Programas, sendo que o próximo passo será a sua institucionalização. Destacou ainda que há programas mais recentes do MDIC que já nasceram com a previsão a respeito de seu monitoramento, a exemplo do Programa Brasil Mais Produtivo e do Inovativa.

A representante da SE/CAMEX registrou o agradecimento à Casa Civil e disse que a área, com apoio da Alta Administração do MDIC, tem avançado muito, não só com AIR, mas fazendo uso de diversas boas práticas regulatórias, tendo realizado entregas importantes como a Agenda Regulatória, a revisão do estoque regulatório e a guilhotina regulatória. Citou que com a guilhotina regulatória, alcançou a revogação de 15% do estoque regulatório da CAMEX. Afirmou ainda que estas ações ocorreram no âmbito do planejamento estratégico e do plano de desburocratização do MDIC e colocou a SE-CAMEX à disposição das demais áreas que tiverem interesse em conhecer o trabalho que tem sido realizado.

O Subsecretário destacou ainda que a SIN também está trabalhando um piloto, a respeito da Lei de Informática, com relação à possibilidade de aplicação de recursos de P&D em startups.

2. Ata da 3ª Reunião Ordinária

Passando ao segundo ponto da pauta, o Subsecretário registrou a aprovação do ATA da reunião anterior, com alteração pontual solicitada previamente pela CGTI, a ser publicada então no site do MDIC.

3. Plano de Ação de Governança

O Subsecretário passou ao terceiro ponto da pauta. Com relação aos encaminhamentos da última reunião, afirmou que os primeiros são relacionados ao Código de Conduta Ética, assunto de competência da Corregedoria, que relatou ter feitos os devidos ajustes conforme contribuições feitas pelas áreas que se manifestaram e que a minuta fora enviada à Consultoria Jurídica, devendo o parecer jurídico ser liberado até o próximo dia 16. Com relação às pendências da ASCOM no Plano de

Governança, alertou que o Ministro questionou recentemente o lançamento do novo Portal do MDIC sem a governança. Registrou que as pendências de detalhamento da CGEP também foram resolvidas.

Quanto ao Monitoramento do Plano de Ação de Governança, o Subsecretário afirmou que, das 38 iniciativas, há 4 iniciativas pendentes de detalhamento, e destacou a importância de que elas sejam detalhadas o quanto antes. São elas: “Implantar controles e instrumentos para tratamento de conflitos de interesses”, “Elaborar plano para obtenção da certificação ISO-7001” e “Obter o Certificado ISO-27001”, da Corregedoria, além da iniciativa “Implantar o Centro de Custos do MDIC”, da CGRL/SPOA. Enfatizou que existem já 5 iniciativas concluídas, sendo as mais recentes: “Plano de implantação da Corregedoria Digital elaborado” (Corregedoria), “Estratégia de Implementação da Gestão de Riscos aprovada” (SIGE/SE) e “Institucionalizar a exigência de apresentação de Parecer Técnico Conclusivo” (GAB/SE). Registrou que o Plano possui atualmente 19 iniciativas em execução, sendo 3 atrasadas, que são as seguintes:

- “Analisar viabilidade de se estabelecer critérios para recrutamento e seleção de servidores para ocupação de cargos e/ou gratificações por meio de Sistema de Pontuação (CGEP/SPOA) - sobre esta iniciativa a representante da unidade afirmou que será convocada na semana seguinte reunião presencial do CGP, o que deve resolver a questão;
- “Aprimorar o processo de análise de desempenho dos servidores a fim de identificar as oportunidades de melhoria em processos e capacitação” – a CGTI relatou que o piloto está em fase de revisão da metodologia e será concluído até dezembro. Etienne indicou que a SPOA ficou de atualizar a iniciativa até dia 08/11;
- Instituir a 2ª fase da nova intranet como ferramenta de comunicação interna preferencial (CGTI/SPOA) - a CGTI solicitou a suspensão da iniciativa em vista da necessidade de reestruturação de equipes da unidade para dar conta dos trabalhos referentes à recepção dos contratos do SERPRO, e da incerteza quanto à nova estrutura do Ministério e à manutenção do contrato com a Microsoft.

Também foi relatada a existência de 9 iniciativas com previsão para conclusão até o final do ano, sendo que foi relatado pelos responsáveis as dificuldades de concluir as seguintes iniciativas no prazo: “Elaborar plano para obtenção da certificação ISO-27001 pelo Ministério”, “Institucionalizar modelo de supervisão das vinculadas e supervisionada”. A Corregedoria relatou que irá pedir a prorrogação das iniciativas referentes à certificação ISO-27001 pelo MDIC, em vista da incerteza quanto à estrutura do órgão. O Subsecretário relatou que há dificuldades em realizar a iniciativa do modelo de supervisão, pois há pontos ainda a serem sanados junto às vinculadas e que o atual momento dificulta uma discussão a respeito do assunto. Em relação à Corregedoria Digital, CGTI mencionou que há um obstáculo em obter documentação formal acerca do sistema e que o Corregedor ficou de conversar com a organização responsável por obter tal documentação. Quanto ao estabelecimento do fluxo de recepção, tratamento, e resposta das demandas dos órgãos de controle (GAB/SE e AECI), GAB/SE mencionou que já estava em andamento e que fora enviada uma primeira proposta de fluxo de trabalho para avaliação pela AECI. A AECI se comprometeu a dar retorno a respeito da proposta.

4. Assuntos Gerais

a) Audiência TCU sobre Governança com Altos Executivos

O Subsecretário relatou que o TCU realizou evento com a alta administração do MDIC para trocar informações com o objetivo de facilitar a implementação da Política de Governança da Administração Pública. No evento, o MDIC foi elogiado quanto à condução do tema, tendo sido considerado um dos órgãos que mais avançaram na questão da governança.

b) Aviso CGU a respeito dos Riscos e Integridade

O Subsecretário reportou que o CIG recomendou à CGU que oficiasse os Ministério acerca da intensificação da adoção dos artigos 14 e 20 do Decreto nº 9.203/2017, que se referem à instituição do comitê interno de governança e ao estabelecimento de procedimentos necessário à estruturação, à execução e ao monitoramento dos programas de integridade, respectivamente. O primeiro item foi executado com a instituição do Subcomitê de Governança. Em relação ao 2º, observa-se que os procedimentos para estruturação do Programa de Integridade do MDIC estão em execução conforme iniciativas previstas no Plano de Ação de Governança.

c) Recomendações da 3ª reunião do CIG

O Subsecretário mencionou que na 3ª reunião do Comitê Interministerial de Governança, realizada em 11/06/2018, foram feitas duas recomendações: a utilização das Diretrizes Gerais e Roteiro Analítico Sugerido para Análise de Impacto Regulatório (Diretrizes Gerais AIR) e o Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (Guia AIR), como boa prática; e a resposta com a maior fidedignidade possível ao Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (IGG) do TCU, ciclo 2018. Em relação à 1ª recomendação, relatou que houve apresentação no MDIC a respeito do assunto e também pilotos com a SE/CAMEX e SIN estão sendo realizados com base no Guia AIR. Em relação à 2ª recomendação, mencionou que o MDIC respondeu o questionário no prazo.

d) Recomendações da 4ª reunião do CIG

Também foram relatadas as seguintes recomendações da 4ª Reunião do CIG, realizada em 22/08/2018: Orientar a utilização dos conceitos e as diretrizes da Instrução Normativa nº 1 do Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações, de 29/03/2018, que trata do Sistema de Planejamento de Contratações e sobre o Plano Anual de Contratações de bens, obras e soluções de TIC; e Designar órgão ou unidade vinculada para participar do projeto piloto para racionalização da força de trabalho que está sendo realizado pelo MPDG.

Quanto à 1ª recomendação, a Sra. Daniellen, da CGRL, relatou que a IN institui planejamento para compras e contratações, que será obrigatório a partir de 2020 e que no, MDIC, já se está trabalhando com o planejamento para 2019, que será publicado na intranet ainda esse ano, com o objetivo de preparar o órgão para a adoção dessa prática nos anos seguintes. Ainda após o feriado, as áreas serão consultadas pela CGRL acerca de ajustes necessários à minuta do plano de 2019. No início de janeiro de 2019, já serão iniciados os procedimentos para elaborar o plano para 2020.

Quanto à 2ª recomendação, a CGEP irá consultar novamente o Ministério do Planejamento se realmente será possível incluir o MDIC no piloto de racionalização da força de trabalho. O Subsecretário relatou que já haviam comunicado ao Ministério do Planejamento sobre o interesse do Inmetro em participar do piloto, mas que valeria a pena a CGEP propor manifestação formal do MDIC quanto ao interesse em participar do piloto. A Sra. Rachel manifestou também que o piloto de medição de performance da SPOA/CGTI é uma iniciativa que permitirá a racionalização da força de trabalho e que poderá ser exemplo perante outros Ministérios.

Por fim, o Subsecretário Sr. Alexsandro Hoffman agradeceu a presença de todos os presentes e encerrou a 4ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Governança do MDIC.